

E PLURIBUS UNUM:

A Expansão da Democracia Liberal pelos Estados Unidos através da Globalização e o Impacto na Colômbia

João Paulo Coelho¹ / Felipe De Rosa² / Alex Brum³ / Vinícius Kede⁴ / Rafael Monteiro⁵ / Lívia Oliveira⁶

Introdução

A política externa americana apresenta algumas características que são perceptíveis através dos tempos. As ações de expansão do liberalismo são um exemplo disso. Em um primeiro momento, após a Segunda Guerra, objetivava-se criar uma ordem internacional cuja chave seria o capitalismo, que pudesse promover a liberdade e a paz mundial (GADDIS, 2006, pp. 14-17). Na Guerra Fria, com a faceta ideológica na batalha contra o socialismo, os Estados Unidos da América faziam questão de ressaltar seu sistema como sendo aquele que garantiria a liberdade e a prosperidade. Esse discurso perdurou até o final do conflito. A partir daí, com a queda da URSS e do socialismo, teve-se a impressão de uma clara vitória do capitalismo e de uma superioridade de seu sistema social, sendo o seu poder material sem limites (HOBSBAWN, 2007, p. 117). A intenção dessas medidas é largamente discutida por importantes autores do campo das Relações Internacionais, o dever dos Estados Unidos

¹ João Paulo Coelho é graduando em Relações Internacionais pela PUC-Rio

² Felipe De Rosa é graduando em Relações Internacionais pela PUC-Rio

³ Alex Brum é graduando em Relações Internacionais pela PUC-Rio

⁴ Vinícius Kede é graduando em Relações Internacionais pela PUC-Rio

⁵ Rafael Monteiro é graduando em Relações Internacionais pela PUC-Rio

⁶ Lívia Oliveira é graduanda em Relações Internacionais pela PUC-Rio

para seu povo e seus líderes era levar tal modelo para os quatro cantos do mundo com o objetivo de promover a liberdade e o desenvolvimento.

Entretanto, a percepção de que esse modelo é universal e irrestrito apresenta diversos problemas de ordem prática, além de criar um processo de exclusão daqueles que não se enquadram nessa lógica. Na América latina, tal lógica ficou conhecida como “Consenso de Washington”, que nada mais é que a síntese do pensamento transnacional da economia e da inevitabilidade, segundo o pensamento norte-americano, da influência da globalização (GOMEZ, 2000, p. 131). Esse pensamento não leva em consideração fatores específicos de cada sociedade. Na Colômbia, foco do nosso estudo, tais políticas excluem parcelas da sociedade colombiana, além de se mostrarem ineficazes contra o combate dos problemas característicos deste povo, como pobreza, violência e, sobretudo, o tráfico de drogas. O resultado desse processo é comentado por Arturo Escobar que assinala esse processo como sendo seletivo, incluindo uma minoria e excluindo uma maioria. A lógica dos mercados e do neoliberalismo não é mais suficiente para administrar esse problema (ESCOBAR, 2004, p. 15).

O presente artigo tem como objetivo analisar a imposição do discurso americano de expansão do liberalismo através da globalização e o seu impacto na sociedade colombiana e suas instituições. Enfocaremos como as ações norte-americanas em prol da expansão do liberalismo refletem uma política que propõe a aplicação deste modelo como sendo irrestrito em escala universal, e como esse modelo dito “livre” e “completo” é demasiadamente simplista (HOBSBAWN, 2007, p. 118). O resultado dessa implementação é a exclusão de diversas dinâmicas sociais locais e a marginalização de possíveis incompatibilidades (GONZALES CASANOVA, 2000, pp. 49-50). Analisaremos as relações desse discurso dando atenção ao seu caráter de

dominação de estruturas e realocação de valores. A proposta liberal norte-americana se define sobre uma série de diretrizes que confirmam seu caráter histórico de defesa dessas ideias e de construção de uma sociedade mundial ao seu modelo. Esse desdobramento do “destino-manifesto” americano pode ser traduzido com as palavras de Madeleine Albright, embaixadora dos EUA na ONU na década de 90, que reforçava o compromisso histórico de defesa dos ideais nacionais norte-americanos para a promoção da “paz”, sendo tomados qualquer ação, seja ela multilateral quando se pode ou unilateral quando se deve (CHOMSKY, 2000, pp. 9-10). Estudaremos a aplicação dessa ideologia na Colômbia e como esse discurso apresenta problemas estruturais evidentes, além de não considerar as complexidades sociais e padronizar um modelo de perfeição global.

A discussão tomará como base os estudos de Gonzáles Casanova e José Maria Gómez, onde as relações de expansão de estruturas de Estado moldadas por padrões de “primeiro mundo” têm efeitos adversos em países subdesenvolvidos e que beiram a dominação, refletindo a renovação de uma estrutura que impõe um padrão pré-fabricado e o estende a outras sociedades. Casanova afirma que as políticas e as teorias de Estado estão ganhando um caráter ideológico de afirmação de um “modelo de desenvolvimento” e vai mais longe ao defender que essa “reconversão da dependência” de uma política globalizada é, em grande parte, uma forma de recolonização que atinge o campo das ideias. Gomes defende que a globalização do discurso político faz com que surja uma “ideologia da globalização” de cunho altamente ideológico e mistificador, onde se expande um modelo de sociedade forjado e que ganhou nos últimos anos um caráter “urbi et orbe” (GOMEZ, 2000, pp. 130-1). Há ainda diversos autores que tratam dessa questão e do impacto da globalização no alinhamento de uma

política liberal e de um modelo de sociedade padronizado. Mike Featherstone vê a tendência à uniformidade das sociedades que assinala uma padronização de culturas baseadas no que ele chama de "McDonaldização" do mundo, que nada mais é do que a extensão dos padrões e princípios da lógica comercial e cultural dessa rede ao mais diversos âmbitos de atividade (FEATHERSTONE, 1996, p. 135).

Os autores mencionados são enquadrados como críticos do liberalismo. Ao operarem dentro de uma perspectiva crítica das relações internacionais, sua importância para a análise que estamos propondo torna-se fundamental. Nossa abordagem tomará um caráter pós-estruturalista, com enfoque na questão da identidade de um ator que tem um modelo de sociedade que julga ser perfeito e outro ator que, segundo a visão do primeiro, tem um modelo defeituoso e torpe que precisa ser corrigido. A correção para este problema é a imposição de seu modelo ao outro, irrestritamente, forçando-o a se adaptar. Essa visão é demasiadamente simples e etnocêntrica, onde se julga um modelo correto e outro errado. A necessidade de correção desse modelo é a única solução para trilhar um caminho próprio de desenvolvimento. É o que Escobar comenta sobre uma polarização inerente ao neoliberalismo, onde há a nítida distinção de espaços entre os civilizados do "primeiro mundo" e os selvagens do "terceiro mundo", com uma supremacia do primeiro sobre o segundo, revisando aspectos que lhe são intrínsecos (ESCOBAR, 1995, p. 9).

Reforçamos que essa conversa entre críticos do liberalismo e pós-estruturalismo não pode ser estendida a todas as abordagens pós-positivistas, o que poderia gerar incompatibilidades. Isso decorre do caráter amplo da classificação "pós-positivista" que engloba uma série de autores e pensamentos que são heterogêneos entre si. O pós-positivismo, em linhas gerais, questiona a empiria dentro do campo das ciências

humanas, o que se reflete em uma crítica metodológica das correntes “*mainstream*” das relações internacionais. Esse quadro pode ser compreendido melhor dentro do que ficou conhecido como o terceiro debate das relações internacionais, no qual de um lado estão os positivistas e do outro os pós-positivistas. O pós-modernismo/pós-estruturalismo está enquadrado dentro dessa grande definição de pós-positivistas, tendo como sua característica notória do questionamento dessas correntes se dá por meio do método arqueológico inspirado em Foucault que visa a elucidar o processo de produção de certas práticas sociais como sendo naturais. É uma filosofia de risco que busca problematizações em contraposição a uma filosofia funcional que parte de uma conjuntura pronta (FERNANDES, 2004, p. 107-116). A crítica se estende até a própria produção do meio acadêmico de relações internacionais que acaba reforçando dominações e estruturas desiguais (RESENDE, 2010, p. 57).

O pós-estruturalismo busca focar-se exatamente nesses processos transformativos em localidades e nas forças sociais que agem para essas mudanças. Uma vez que todas as sociedades acabam interagindo em nível global, este acaba interferindo naquele. As relações internacionais, portanto, podem ser vistas como uma transmissão de mecanismo de um nível global que estimula mudanças de caráter intrastatal. O grande fundamento da teoria pós-estruturalista que tomaremos como base é a relação é a ideia de que essa transmissão ocorre de um ator que se considera forte e avançado para outro que seria fraco e atrasado. A partir disso, as transformações ocorridas são de uma substituição dessa sociedade *problemática, atrasada e defeituosa*, pelo modelo correto e próprio de uma sociedade dita mais avançada. Essa característica, segundo essa teoria, é aplicada a todo o sistema internacional e a principal preocupação é como essa lógica unidimensional e mostra que existem limitações para a capacidade

global de adaptação de um só sistema irrestritamente (GILLS & PALAN *apud* VIOTTI & KAUPPI, 1999, p. 377-383).

Essa visão pós-estruturalista encontra fundamento nos trabalhos de Richard Ashley e Robert Walker. Os autores enfatizam a questão da relação entre história e teoria, onde as transformações sociais têm que ser levadas em contas, ao contrário das assertivas racionalistas que solidificam o estado, tornando a sua abstração em realidade inalterável. A mudança e as interações temporais são desconsideradas, causando o que Walker diz ser uma “continuidade e repetição” (WALKER, 1995, p. 306-310). Ashley comenta que as individualidades e processos de interação que ficam reduzidos na análise, tendo um caráter de objeto. Eles ficam ao largo da história, não conseguindo dar conta da mudança no mundo (ASHLEY, 1986, pp. 290-293). Qualquer mudança para o racionalismo entra em uma lógica pré-estabelecida que não leva em consideração esses elementos.

Para medir o impacto do discurso norte-americano sobre tais áreas, será fundamental observar a finalidade dos Estados Unidos quando expande esse modelo fixo de instituições e sociedades, além de avaliar a sociedade colombiana de modo a perceber a interferência na constituição das instituições deste país. É importante ressaltar que a abrangência das ações americanas é diversa, distribuída em várias esferas que traduzem um modelo fixo de ação estatal, com o uma gama que varia desde a noção de desenvolvimento tecnológico, estruturas política até, de fato, a face mais ideológica que pressupõe uma hegemonia de caráter liberal (GOMEZ, 2000, p. 146-147). Quando olhamos para a situação da sociedade colombiana podemos perceber que a aplicação desses padrões não reflete o resultado tão largamente pregado pelos formuladores de política externa e que nem sempre a liberalização resulta em desenvolvimento da

humanidade e a solução dos problemas sociais (GONZALES CASANOVA, 2000, p. 50). A receita americana para o mundo é extremamente ampla, invariavelmente fixa e demasiadamente simplista.

Apesar da desestruturação do pós-estruturalismo em relação às questões de soberania, o debate de Ashley leva em consideração pontos importantes que nos ajudam a compreender melhor a aplicação deste marco à nossa análise. O autor percebe uma dicotomia entre a soberania e anarquia; a primeira um ideal de regulação e a segunda uma negação da existência da soberania. Surge então um processo antitético onde a soberania é o oposto da anarquia, sendo exclusiva uma a outra. No campo internacional, essa diferenciação que se dá dentro do Estado; no campo interno, posiciona-se entre estes atores, tornando o atributo de ser soberano como uma capacidade de ter um centro interno próprio de decisão, bem definido, capaz de resolver problemas dentro de seu espectro de ação e de projetar sua singular presença (ASHLEY, 1988, p. 245).

A partir da dupla leitura de Ashley a mútua exclusão entre anarquia e soberania produz dois efeitos; um primeiro no qual a soberania é um domínio doméstico legítimo, estável e fundador da comunidade política moderna e outro que representa o “além-soberania” como perigoso e anárquico. Esses efeitos vão depender do que chama de “dupla exclusão”, onde só serão possíveis se de um lado se a representação da identidade soberana possa ser imposta e por outro se essa representação pode aparecer como natural e única. A questão da soberania na Colômbia, tendo em vista a discussão de Ashley, pode ser encaixada dentro desse contexto da afirmação de identidades pelo povo colombiano que busca sua soberania de modo a tornar-se o único regulador de suas decisões, tendo como contrapartida outra face de imposição de outra identidade que ameaça esse processo (DEVETAK, 2005, pp. 170-172).

Tendo esse contexto como pano de fundo, nosso argumento central é de que o discurso americano propõe modelos de instituições fixos e invariáveis, espelhados em si mesmo, onde se prega a aplicação desses conjuntos de valores como um todo, estendendo-o a sociedade colombiana e fazendo com que as instituições tradicionais desta sociedade sejam marginalizadas, excluídas e sobrepostas por um modelo-padrão dito superior.

Enfocaremos essa relação no discurso “globalista” da política externa americana no sentido da expansão da democracia liberal como forma de governo única. Existe a noção, para os norte-americanos, constituída ainda em sua formação através de uma origem revolucionária, de um dever para com essa missão, o que Eric Hobsbawn caracteriza como sendo uma combinação de messianismo e megalomania (HOBSBAWN, 2007, p. 117). É a crença de que seu modelo de sociedade é o ideal e a receita para o desenvolvimento mundial baseia-se em refazer o mundo a imagem e semelhança desta “sociedade livre”. As consequências negativas desse processo permanecem escondidas, resultando na exclusão social e espacial, onde grupos e categorias que não se enquadram em no “modelo universal” tornem-se irrelevantes (GONZALES CASANOVA, 2000, pp. 46-49). É nesse ponto que chamaremos atenção para as manifestações deste modelo que exclui, marginaliza e força a sociedade colombiana a se encaixar em características que não lhes são próprias.

Com base nessa proposição, dividimos o artigo em duas partes. Começaremos a discutir primeiro a noção da “ideologia da globalização”, defendida por Gonzáles Casanova, e o seu reflexo na imposição de padrões de “cima para baixo” e seu papel excludente. Analisaremos ainda a proposição do discurso americano inserido nessa lógica, bem como seu papel de caráter civilizatório e de transformação dos modelos de

outros países para um único, que é sua cópia. Na segunda parte, enfocaremos o reflexo dessa política na sociedade colombiana e como essa ação marginaliza estruturas da sociedade colombiana. Mostraremos com o processo é pouco flexível e rígido. Concluiremos ainda mostrando que esse padrão universal e sua aplicação na Colômbia não necessariamente obtiveram o resultado largamente pregado pelos norte-americanos, ou seja, que toda a tradição liberal que vigora na Colômbia desde o começo das relações com os Estados Unidos não trouxe uma latente pujança econômica e uma perfeita estrutura social, o que reflete que essa expansão não é sempre efetiva em seus objetivos.

A ideologia da globalização e o protagonismo norte-americano

A queda da União Soviética representou, no plano ideológico, o colapso do comunismo como uma proposta alternativa ao capitalismo liberal defendido pelos EUA. O capitalismo saiu vitorioso da guerra fria, e desde então vem sendo aclamado como o único sistema econômico que resultará em prosperidade e desenvolvimento social (HOBSBAWN, 2007, p. 117). A grande responsável pela propagação deste sistema em nível global foi a globalização, causando a adoção de políticas neoliberais em vários países, especialmente nos países pertencentes ao suposto “Terceiro Mundo”. Essas medidas incluem, por exemplo, a privatização de empresas, a eliminação de barreiras protecionistas e desregular o mercado. Todas essas políticas têm como objetivo diminuir a intervenção estatal na economia, e conseqüentemente acabam limitando a soberania dos governos locais e impedindo que eles decidam como resolver os seus próprios problemas. Além disso, essas medidas neoliberais não têm comprovação

alguma de serem bem sucedidas em melhorar as condições econômicas e sociais nos países onde foram implantadas (GONZALES CASANOVA, 2000, pp. 50-53).

Essa expansão do neoliberalismo pelo mundo está aliada a uma nova faceta da globalização e que é, para muitos, um reflexo de um novo processo que surge nos anos 90. É o que Gómez chama de “ideologia da globalização”, onde o discurso hegemônico neoliberal agrega-se aos fatores globalizantes, e uma vez dentro dessa lógica, ele cria uma espécie de justificativa dentro de si mesmo (GOMEZ, 2000, pp. 128-131). Há uma afirmação de que os assuntos da humanidade caminham para um patamar comum e que, já que todos os assuntos partilham valores comuns, de fato o sistema neoliberal seria capaz de promover o modelo de desenvolvimento próprio para isso. Existe uma disparidade enorme entre o que a globalização representa como parte deste discurso e o que ela é na prática. O uso do termo globalização evoca uma falsa imagem de uma homogeneidade e integração irrestrita, enquanto, na verdade, este processo tem acentuado as desigualdades econômicas entre as nações (*idem*). O discurso neoliberal aproveita-se da conotação do termo, e assim utiliza-o como justificativa para a implantação de suas políticas.

Os interesses neoliberais regem o processo de globalização e o conduzem de forma a beneficiar os mais ricos e prejudicar os mais pobres. É o que é chamado de “globalização pelo alto” – uma globalização “de poder extremamente concentrado e de benefícios restritos a uma pequena fração de habitantes”. As relações internacionais que idealmente seriam conduzidas “de igual para igual” em um mundo globalizado, são e favoráveis à hegemonia dos países ricos. A globalização não age necessariamente como integradora das comunidades, mas também como um polarizador (THERBORN, 2000, p. 91), onde a noção de uma parte do globo que teve “êxito” exporta seu modelo para

aquelas que não o tiveram. Desta maneira, em certo nível, a globalização perpetua a exploração dos países mais pobres através de bandeiras como o livre comércio, que reforçam a característica de uma reconversão de uma dependência por parte de um pólo para outro (GONZALES CASANOVA, 2000, pp. 47-50). Fica implícito, portanto, um processo transformativo importante, de um modelo de sociedade e governo que é o “próprio e correto” sobre o outro “defeituoso, atrasado e problemático”.

A base de um discurso de expansão do neoliberalismo passa por essa lógica da globalização e se torna parte integrante desta. Muitos países fazem esse discurso de forma a defender a liberdade, a democracia e o capitalismo, como uma espécie de conjunto de valores aos quais é imprescindível estarem associados. Entretanto, nenhum país configura-se como o “grande bastião” da expansão desses ideais democráticos e liberais tanto quanto os Estados Unidos. A política externa americana carregou consigo essa característica de uma missão civilizatória que deveria levar igualdade, democracia e liberdade aos povos oprimidos (GAMBLE, 2009, p. 121). A crença em um “destino manifesto” em levar esses atributos para o mundo que teria sido dado pela “providência Divina” é fundamental para entender a constituição das políticas americanas. É a partir daí que podemos encontrar explicações, por exemplo, para os pensamentos anteriormente citados de Madeleine Albright, embaixadora dos EUA na ONU na década de 90, sobre a discricionariedade das ações americanas conforme sua conveniência.

Com isso, as ações americanas são embasadas nos elementos típicos como constituintes da cultura política de sua população, fazendo-os crer em um tipo de missão pré-determinada de caráter inato. A democracia e a liberdade têm que ser levadas para todo o mundo por um motivo simples: é um modelo perfeito, livre e justo, tendo na sociedade norte-americana a personificação e modelo para a replicação em todos os

lugares (HOBSBAWN, 2007, pp. 117-118). Noam Chomsky & Heinz Dietrich enxergam que o discurso norte-americano baseia-se em um tipo de “verdade duradoura”, onde a defesa da liberdade e da justiça e o desejo de uma sociedade tolerante permanecem como objetivos a serem atingidos. A luta contra o comunismo e o fascismo é apenas uma fase da história que demonstraria essa dedicação. Os autores ainda defendem que essa “verdade duradoura” é a face constante que pode ser percebida através de uma análise metodológica sobre os líderes americanos no âmbito de seus poderes, que segue uma firme trajetória comum de uma ação ser multilateral ou unilateral conforme a necessidade e vontade dos interesses nacionais americanos (CHOMSKY, 2000, p. 7).

O discurso norte-americano, portanto, não é constituído apenas por fatores econômicos de forma como é largamente discutido, mas também sobre fatores que constituem o *ethos* dessa sociedade. A partir disso, o diagnóstico que se tem é de uma cultura com uma missão de ser aquela que será exemplo e constituirá o verdadeiro modelo para o resto do mundo. Essa relação de um modelo considerado correto por um ator com outras localidades, sobre as quais o modelo deve ser implantado a fim de corrigi-las, é o ponto principal de discussão, nas Relações Internacionais, do pós-estruturalismo.

A análise do discurso americano em termos de uma série de valores padrões que devem ser defendidos ao redor do mundo encaixa-se no argumento pós-estruturalista. O argumento norte-americano de que esse modelo liberal característico de sua sociedade é próprio e, como Chomsky & Dietrich comentam sobre a análise de Samuel Huntington, caso único entre as nações de consonância dos valores de sua identidade nacional com os padrões universais (*idem*), nos leva a crer num ideal de perfeição. Esse “modelo

padrão” deve ser expandido, defendido e sobreposto àqueles que são insuficientes. A transmissão desse modelo em nível global, através de diversos mecanismos, tem a globalização como um de seus catalisadores mais importantes. Eles são estimulados em uma ordem global e afetam de forma diferenciada cada localidade, e o processo de transformação se dá a partir dessa associação de valores. As forças fortes e fracas do sistema internacional participam, de modo que esta sofre influência daquela, bem como as localidades mais atrasadas sofrem influência das mais avançadas (GILLS & PALAN *apud* VIOTTI & KAUPPI, 1999, pp. 377-383).

Logo, a definição dessa dicotomia e da diferença produzida apresenta uma característica interessante para o estudo das relações internacionais. Uma vez que essas diferenciações são práticas sociais e decorrem do fato de uma construção de conceitos e valores de “certo”, “forte”, “desenvolvido” e seus antagonistas, criam-se também “fronteiras” bem distintas entre essas identidades. João Pontes Nogueira & Nizar Messari afirmam que se pode pensar que o que define o “externo” é a produção dessas dicotomias, e não pressuposições de “dentro e fora”. A identidade coletiva de um Estado é afirmada quando essas diferenças passam a existir e existe a distinção da existência de um “outro” que tenha valores diferentes dos seus (NOGUEIRA & MESSARI, 2005). David Campbell estreita essa relação com o próprio discurso de política externa americana, comentando a importância da diferenciação de um “self” americano e da distinção de um “outro” que apresenta valores diferentes, e a fundamentação disso para a afirmação da identidade norte-americana (CAMPBELL, *apud* NOGUEIRA & MESSARI, 2005, p. 212). É também um mecanismo que expõe as diferenças como sendo perigosas e cria uma relação de desconfiança entre essas identidades eu/outro

A partir de uma criação da diferença, tem-se a noção de uma disparidade entre duas realidades. É de suma importância notar que, quando analisamos a questão da produção de identidades distintas que são separadas por valores distintos, além de uma crença da superioridade de seu sistema implica em um discurso globalizante, podemos perceber uma profecia auto-realizável. A expansão da democracia liberal pelos Estados Unidos se dá através da percepção de que a sua identidade é melhor e mais adaptada à realidade e que a expansão de seus sistemas agregado aos seus valores eliminaria qualquer possível ameaça aos seus próprios dogmas. Existe a crença norte-americana de que seus valores traduzem vontades universais e que essa identidade, com seu conjunto de suposições e bandeiras, deve ser expandida para que, assim, toda a periculosidade da diferença seja excluída, bem como remodelada à sua imagem. É uma expansão com fins de afirmação de valores e de uma identidade norte-americana dita superior

A adoção das práticas neoliberais leva à reestruturação de muitos países e não necessariamente resultou na melhoria das condições de vida da população. Não nenhuma relação direta que ligue desenvolvimento a práticas neoliberais, tampouco essas práticas trazem a estabilidade prometida ou criam um modelo próprio de sociedade (GONZALES CASANOVA, 2000, p. 50). Uma localidade que se aplica ao estudo dessa característica é a Colômbia, um Estado especial por suas prematuras características liberais e democráticas em comparação com os outros Estados andinos e até mesmo sul-americanos. A seguir, trataremos sobre como o caso colombiano se aplica a esse estudo de um discurso americano em prol do liberalismo; os problemas que isso acarreta; além de como esse modelo se mostra insuficiente.

O caso colombiano

Para entender a história da Colômbia e seus resultados no século XXI é necessário um breve olhar para o passado histórico do local, um período de tempo que vai da segunda metade do século XIX e perpassa o século XX, no qual uma Colômbia recém-independente começava o seu esforço por criar um Estado, culminando com os problemas no pós Guerra Fria. Nessa abordagem, tentaremos demonstrar uma tendência da política doméstica da Colômbia. Esta resultante da influência do modelo de liberalismo pré-fabricado alhures e que, atuando cada vez mais forte através da globalização ao longo do século XX até, finalmente, o século XXI, influencia, de diferentes formas e, conseqüentemente, gerando diferentes disparidades na sociedade desse Estado, sua política doméstica. A princípio, o principal objetivo desta breve narrativa, pelo passado da Colômbia, é apenas contextualizar, sem deixar de demonstrar os conflitos causados desde o início pela divergência de opiniões da elite local a respeito da melhor política a ser implementada que, por sua vez, gera conseqüências para todas as camadas da sociedade. Como conseqüência, edifica-se uma verdadeira tradição de conflitos que desestabilizam financeira e socialmente largos setores da sociedade colombiana. Um dos principais resultados dessa observação para nosso estudo parece ser o de que, atualmente, uma grande camada social está excluída e marginalizada por não se encaixar bem no modelo liberal pré-fabricado, adicionado, ainda, à alta instabilidade política. Sendo assim, procuramos destacar, em cada século, os fatores mais adequados ao caso colombiano.

Na metade do século XIX, embora a política externa da Colômbia fosse caracterizada pelo Liberalismo econômico, as questões principais da formação do Estado estavam centradas em torno do tema da civilização. A elite local era bastante dividida a questão de como se deveria civilizar a população colombiana. Já havia, naquela época, um impasse entre essa elite, dividida entre os Liberais e os Conservadores. O que os dividia era justamente o modo como a civilização deveria ser constituída, assim como, o significado do próprio termo civilização.

Assim como na contemporaneidade, a busca por desenvolvimento através do liberalismo influenciou a abertura das barreiras econômicas, por acreditar que isso traria mais desenvolvimento para o Estado, levando-o para mais próximo da cultura europeia e deixando para trás as ideologias bárbaras do conservadorismo e da população local ultrapassada. Mais importante que o crescimento econômico, no entanto, eram as consequências sociais dessa decisão. A visão de que a população local era atrasada em comparação aos europeus já era recorrente e por isso imaginava-se que o sistema deveria ser mudado para criar uma “evolução” social; instituições foram criadas para esse fim. Essas instituições tinham por objetivo capacitar a população de forma que ela pudesse trabalhar na indústria.

É muito importante observar que, naquela época, os liberais tinham a visão de que, quando se conseguisse modelar a população de acordo com seus dogmas, o crescimento econômico viria como consequência. A lógica baseava-se na opressão dos trabalhadores em benefício da indústria; o sucesso desse sistema político traria o status de Estado civilizado, assim como benefícios econômicos para toda a população e principalmente para a elite. Como coloca Cristina Rojas:

Attempting to understand the nineteenth-century quest for progress without taking into consideration its repressive practices has also served to perpetuate the myth in Colombian history that liberalism's philosophical base for reform has been inspired by a utopian vision. In this view the belief in the emancipative character of the law and the primacy of legislation over coercive forms of domination led to the desire to open the country to the modern, enlightened world. (ROJAS, 2002, p. 4)

Essa visão liberal era, entretanto, conflitante com a visão da elite conservadora, que queria um Estado mais centralizado. O principal ponto a destacar, a partir daqui é que a tradição na Colômbia é de democracia, entretanto, ela se caracteriza por conflitos políticos em toda a sua história. Esses conflitos tiveram os dois partidos políticos antagônicos, Conservador e Liberal, como protagonistas. Os conflitos acabaram por fortalecer a identidade e ideologia de cada partido, ao mesmo tempo em que gerou rivalidades e antagonismos entre os próprios colombianos.

O século XX apresentou-se, para a Colômbia como uma era de alta instabilidade política. A luta entre esses dois polos de poder perdurou em torno da temática liberal e conservadora. É só a partir dos anos 80 que a participação popular na esfera política foi embasada por programas de abertura política, com associações de comunidades de ação política e social e as eleições de prefeitos, que antes eram escolhidos pelos governadores que por sua vez eram escolhidos pelo presidente.

A constituição de 1991 representava interesses de ambos os grupos presentes na assembleia constituinte que foi formada após as eleições de 1990, e mostrava o profundo interesse de justiça social. Apesar da estrutura estatal permanecer, a população ganhou mecanismos de participação política. O que chama a atenção é a importância dada aos direitos humanos e às condições de liberdade e dignidade que devem ser

providas pelo Estado. A constituição dos direitos foi a resposta dada à expectativa da época, mas sua eficácia na garantia de democracia é contestável.

Essa contextualização nos revela a presença constante de insegurança política na Colômbia. A problemática da configuração democrática, a presença crescente do neoliberalismo, os problemas políticos enraizados na religião e na diferença de classes favorecem a violência como forma de atividade política. A sociedade se encontrava em intensa dicotomia política, isso se refletiu nas manifestações e na divisão alimentadas pela dicotomia política que gerava o ódio muitas vezes irracional entre a população colombiana. Um exemplo foi a repercussão da morte do rei do tráfico de cocaína, Pablo Escobar, que mobilizou milhares de pessoas insatisfeitas com a eficiência do Estado no assassinato do chefe do tráfico, devido às necessidades da população que, na ausência do Estado, eram supridas pelo dinheiro do tráfico. O poder estatal continua representando poder sobre as arrecadações estatais e com o discurso de igualdade na teoria, porém na prática, ele legitima ações de favorecimento de interesses particulares de uma minoria que não representa a massa. A luta política tirou a vida de mais de 200 mil colombianos, com perseguições, assassinatos e inúmeros conflitos civis. Podemos dizer, portanto, que apesar de ser formalmente democrática, na Colômbia não há uma democracia plena.

Em resposta ao enfraquecimento das instituições políticas e militares Colombianas, foi planejado na conhecida *Estratégia Andina* americana, onde os EUA propõem um fortalecimento dessas instituições durante o governo de Clinton, durante a estada no governo do Liberal Ernesto Samper (1994-1998).

No entanto, com a associação direta do nome do então presidente Ernesto Samper a uma suposta aliança com o narcotráfico, a colaboração bilateral entre Bogotá e Washington não teve êxito. Villa & Ostos comentam que:

Externamente, os EUA tomaram a decisão de classificar a Colômbia como uma “narcodemocracia”, o que provocaria um isolamento internacional da Colômbia de tal forma que o relacionamento diplomático entre os EUA e a Colômbia conduzir-se-ia, nos anos seguintes, pela mediação do diretor nacional da Polícia. (VILLA, R & OSTOS, M., 2005, p. 89)

As relações entre os dois países continuariam totalmente marginalizada até o fim do mandato de Samper. O restabelecimento só se deu com a chegada de Andrés Pastrana na presidência. O seu mandato tinha como objetivo restaurar as relações internas e externas do Estado Colombiano. Na esfera internacional, Pastrana teve sucesso em restabelecer plenamente as relações com os EUA, aceitando, no entanto, a internacionalização do conflito colombiano e da luta ao narcotráfico por meio de mecanismos concretos como o Plano Colômbia. (VILLA, R & OSTOS, M., 2005, p. 91)

Apesar de ser reconhecida como "a mais antiga democracia da América Latina", o país é palco de um complexo e duradouro confronto armado entre diversos atores, como grupos paramilitares da direita, as forças armadas oficiais colombianas e grupos guerrilheiros da esquerda cujas ligações institucionalizadas entre os grupos paramilitares e as forças armadas oficiais são documentadas entre os grupos nacionais e internacionais ligados aos direitos humanos (ANISTIA INTERNACIONAL). A natureza do discurso de expansão do ideal democrático liberal no pós Guerra Fria foca nos governos Pastrana e Uribe, em um estado fraco como a Colômbia, incapaz de assegurar a segurança dos seus cidadãos.

O regime neoliberal colombiano é baseado em uma sociedade em que a grande parte da população é excluída enquanto uma minoria privilegiada se encontra incluída. Os níveis de exclusão são diversos, da parcial "confiscação dos direitos dos cidadãos colombianos" a negação desses direitos (SANTOS, 2002, p.451). Uma vasta parte da população, como os desempregados nas grandes cidades colombianas e as comunidades campesinas pobres são completamente excluídas, que apesar de serem formalmente cidadãos, são jogados em um "novo estado de natureza", constantemente ansiosos em relação ao futuro porque na prática não tem direito algum. Essa parte da população vive em espaços "selvagens" do território, em que a presença do estado é quase exclusivamente nas formas militar/ paramilitar. Assim, a violência militar e paramilitar reproduz e estende esse regime neoliberal de exclusão criando um espaço para a imposição do "desenvolvimento" em territórios em que o modo de viver da população corre no sentido contrário do capitalismo neoliberal.

Apesar das relações das relações entre os Estados Unidos e a Colômbia terem se mostrado catastróficas no pós Guerra Fria até o final do governo Samper, o governo Pastrana, de 1998 a 2002, marcou uma nova era na relação entre os dois quando opta pela cooperação no combate ao narcotráfico. Assim, com o Plano Colômbia os Estados Unidos passam a enviar milhões de dólares destinados ao combate ao narcotráfico, e assim às guerrilhas, que passaram a ser consideradas como "terroristas" por Washington. Desses milhões de dólares, uma média de 80% seria destinada ao combate por meios militares, enquanto somente 20% seriam usados para reforçar as instituições colombianas e na melhora da educação, ou seja, para outros fins que não militares. Essa divisão desigual de recursos por parte de Washington, priorizando o combate ao narcotráfico por meios militares, nos revela a falta de preocupação do mesmo durante a

era Bush com os impactos causados por essa empreitada, como as consequências ambientais e o desrespeito aos direitos humanos, e o desejo de Washington em diminuir a oferta nos Estados Unidos rapidamente.

Portanto, o governo neoliberal reproduz a violência dividindo o espaço entre duas identidades: a de "civilizado" e "selvagem", criando as condições discursivas para a legitimação do uso da violência militar e paramilitar a serviço do desenvolvimento neoliberal. E é sob esse mesmo discurso que o desenvolvimento pretende ser levado às regiões 'selvagens' da Colômbia, em que a população campesina, colocada como "primitiva" e "tradicional", representa um obstáculo à necessidade moderna por "competitividade" para mercado global (*Idem*).

De acordo com o texto do Plano para o Desenvolvimento Nacional, violência “exercida por “organizações criminais” é um obstáculo primário para o desenvolvimento e para a “viabilidade da nação”“. Logo, de acordo com o discurso, o que o estado utiliza para o combate dessas organizações não é violência: violência é o que o outro utiliza. Logo, a civilização de ser levado ao lado “primitivo” desse binômio para que sejam protegidos das práticas de “bárbaros brutais”. Portanto, é sob esse discurso civilizador que o Governo Uribe legitima suas violentas e investidas militares no interior do país, fortemente criticadas por grupos ligados aos direitos humanos como, por exemplo, a Anistia Internacional (ANISTIA INTERNACIONAL).

É possível analisar melhor a natureza do discurso constantemente utilizado pelo Governo, utilizando como exemplo à empreitada do Governo de levar a “civilização” à região de Arauca, região rica em petróleo ao nordeste do país. Essa região isolada e excluída foi colocada em setembro de 2002, através do Plano de Segurança

Democrática, como uma zona de reabilitação e consolidação, o que quer dizer que os direitos constitucionais daquela população foram restringidos e o poder judiciário foi dado aos militares. Esse tipo de decisão foi tomada uma vez que Arauca foi declarada como uma área “afetada pelas ações de grupos criminais”. Apesar de essa decisão ter sido considerada ilegal em abril de 2003 pela Corte Constitucional da Colômbia, os militares continuaram agindo de forma arbitrária, desrespeitando constantemente os "direitos humanos" daquela população excluída e "primitiva" da região amazônica do país. Para que essas ações militares brutais fossem legitimadas, o Governo Uribe colocou a população daquela região como estando ameaçada por grupo criminosos. Assim, o governo teria como dever combater esses grupos, levando o modelo neoliberal para aquela população ainda no “passado”. Esse caso é um reforço da noção de deslocamento de identidades, baseada em um modelo torpe e atrasado que virá a ser substituído e melhorado por um ideal de perfeição de um modelo.

Uribe herdou do governo de Andrés Pastrana o Plano Colômbia, com a estratégia governamental para a paz, a prosperidade e o fortalecimento institucional. Era um plano de investimentos e projetos para beneficiar rapidamente e de forma eficiente os colombianos menos favorecidos, recuperando sua confiança por meio de promoção da democracia, integridade territorial, justiça, condições de trabalho, respeito aos direitos humanos e da conservação da ordem pública.

A intenção inicial era substituir a produção de cocaína e papoula por atividades econômicas alternativas por intermédio de negociações com os atores envolvidos, principalmente com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (as FARC) e o Exército da Liberação Nacional (ELN) o que estabelecia uma proposta de não-violência.

Porém o plano precisava de verbas para entrar em prática. Os EUA ofereceram financiamento para o programa, mas exigiram um plano de ação claro contra os “terroristas”, assim obrigando um forte componente militar e policial.

Os colombianos hoje se sentem muito mais seguros do que há alguns anos atrás, com a redução de homicídios, sequestros, e sabotagens econômicas praticadas pelas guerrilhas. Isso se deve a implantação da política de segurança democrática, com os homicídios diminuindo desde 1991, bons resultados observados no governo Uribe. Porém há de se assinalar que os grupos paramilitares nunca estiveram tão fortes com o aumento do tráfico de armamentos e drogas funcionando por mais de cem rotas para o mercado negro, penetrando o território colombiano e os fortalecendo cada vez mais, e apesar do combate ao narcotráfico, a oferta continua a mesma. As guerras têm um importante poder de desestabilização e ação em muitas zonas do país devido a incapacidade do governo de atuar coercitivamente com a mesma intensidade em todo o seu território. Ainda mais alarmante é o fato que destaca Alfredo Rangel: *“No existe un Plan B para el caso de que se rompan las conversaciones con los paramilitares.”* (RANGEL, 2005).

A segurança nacional está ligada à implantação de autonomia estatal e plenitude na soberania, a prática da segurança nacional é uma ferramenta da manutenção da democracia colombiana, que não conseguiria andar com seus próprios pés, tendo em vista os poderosos atores não estatais presentes em seu território. Tudo isso mostra a necessidade constante de poder coercitivo na garantia de democracia e soberania dentro da Colômbia, conceitos que não foram providos efetivamente com a implantação do neoliberalismo ou com qualquer um de seus conceitos.

Considerações Finais

Ao longo do artigo, tivemos como o objetivo de analisar como o discurso americano propõe modelos de instituições fixos e invariáveis, espelhados em si mesmo, onde se prega a aplicação desses conjuntos de valores como um todo, entendendo-o a sociedade colombiana, fazendo com que as instituições tradicionais desta sociedade sejam marginalizadas, excluídas e sobrepostas por um modelo-padrão dito superior.

Tal análise foi feita por meio de um estudo sobre a estrutura desse discurso americano, sua natureza e constituição na cultura política norte-americana, a ação de definição que objetiva uma criação de categorias e a ação de expansão catalisada pela globalização e por toda uma nova ideologia que advém deste processo. Podemos, portanto, com base no desenvolvimento do presente trabalho, levantar a questão de como o discurso norte-americano marginaliza e exclui elementos da sociedade colombiana, além de propor um modelo extremamente inflexível e geral.

Com a questão da aplicação desses estudos na Colômbia, podemos ver que o Plano Colômbia e a estratégia Regional Andina têm obtido apenas sucessos parciais. Foi possível observar que o Governo Uribe herdou características do governo anterior no que se refere ao apoio à população menos favorecida para que deixassem de plantar coca ou papoula e substituíssem estas por atividades alternativas. No entanto, apesar de alguma negociação entre o governo e grupos paramilitares (FARC e ELN) terem acontecido, os pré-requisitos para um apoio financeiro para essa campanha foram custosos e se mostraram falhos. Embora alguma melhoria tenha acontecido na questão de redução de homicídios e sequestros, isso se deu devido a negociações e não devido a

repressões violentas e combate ao narcoterrorismo, apesar de os grupos paramilitares estarem mais fortes do que nunca.

Podemos constatar que, longe de ser um ideal perfeito, o neoliberalismo não teve consequências positivas que sobrepujassem as negativas. O Consenso de Washington, a estratégia americana para o combate do narcoterrorismo na região andina e a internacionalização da violência paramilitar colombiana trouxe mais traumas à população e causaram uma internacionalização do estigma social em um novo patamar.

Concluimos, portanto, que podemos ver as características marginalizadoras desse discurso na constituição de duas identidades distintas, uma bárbara, de cunho local, com características de atraso, incapacidade e falta de impulso para o progresso, e outra civilizada, de cunho internacional, com um conjunto de características que possibilitariam uma mudança para melhor, onde com a sua expansão, objetiva suplantar a identidade local, ignorando características particulares da localidade e criando um padrão único para todo mundo que se baseia a sua imagem e semelhança.

Bibliografia

ANISTIA INTERNACIONAL. *Colombia — a Laboratory of War: Repression and Violence in Arauca*. Disponível em:
<<http://web.amnesty.org/library/index/ENGAMR230042004>.> Acesso em 20/06/2010.

ASHLEY, R.K. The poverty of Neorealism. In KEOHANE, R.O. (ed). *Neorealism and its critics*. Nova Iorque: Columbia University Press, 1986, 255-301 *apud* JACKSON, R. & SORENSEN, G. *Introdução às Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Jorge zahar Ed., 2007

ASHLEY, R.K. *Untying the Sovereign State: A Double Reading of the Anarchy Problematique*. *Millenium*, 17(2), 1988, p. 245

CAMPBELL, D. *Writing Secutiry: United States Foreign Policy and the Politicis of Identity*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1992 *apud* NOGUEIRA, J. & MESSARI, N. *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. Rio de Janeiro : Elsevier, 2005

CHOMSKY, N. Democracia e mercados na nova ordem mundial. In: In: GENTILI, P. (Org.) *Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial*. Petrópolis-RJ; Vozes; Buenos Aires; CLACSO, 2000

COLEMAN, L. *The gendered violence: Imaginative Geographies of Exclusion in the Imposition of Neo-liberal Capitalism*. Political Studies Association, vol.9, 2007

DEVETAK, R. Postmodernism. In: BURCHILL, S., LINKLATER, A., DEVETAK, R., DONELLY, J., PATERSON, M., REUS-SMITH, C. & TRUE, J. *Theories of International Relations*, 3rd Ed., 2005

ESCOBAR, A. *Encountering Development: The Making and Unmaking of the Third World*. Princeton, NJ : Princeton University Press. 1995

FEATHERSTONE, M. *A globalização da complexidade - Pós-modernismo e cultura de consumo*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 32; São Paulo, 1996 *apud* GÓMEZ, J. *Globalização da política – Mitos, realidades e dilemas*. In: GENTILI, P.

(Org.) *Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial*. Petrópolis-RJ : Vozes; Buenos Aires : CLACSO, 2000

FERNANDES, J.P.T. *Teorias das Relações Internacionais: da Abordagem Clássica ao Debate Pós-Positivista*. Coimbra: Livraria Almedina, 2004, p. 107-116

GADDIS, J. L. *A História da Guerra Fria; tradução de Gleuber Vieira*. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 2006

GAMBLE, R M. *Political Science Reviewer*, Vol. 38, p. 106-124, 2009

GILLS, B., & PALAN, R. P. Transcending the State-global Divide: A neostructuralist Agenda in International Relations. Lynne Reinner Publishers, 1994 In VIOTTI, P. & KAUPPI, M. *International relations theory: realism, pluralism, globalism*. Boston : Allyn and Bacon, 1999, p. 377-383

GÓMEZ, J. Globalização da política – Mitos, realidades e dilemas. In: GENTILI, P. (Org.) *Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial*. Petrópolis-RJ : Vozes; Buenos Aires : CLACSO, 2000

GONZALES CASANOVA, P. Globalidade, neoliberalismo e democracia. In: In: GENTILI, P. (Org.) *Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial*. Petrópolis-RJ : Vozes; Buenos Aires : CLACSO, 2000

HOBSBAWN, E. *Globalização, democracia e terrorismo*. São Paulo : Companhia das Letras, 2007

NOGUEIRA, J. & MESSARI, N. *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005

RANGEL, A. La Sostenibilidad Militar de Democracia In: _____. (org). *Sostenibilidad de la Seguridad Democrática*. Bogotá : Fundación Seguridad Democrática, 2005

RESENDE, E. A Crítica A crítica pós-moderna/pós-estruturalista nas relações internacionais / SENHORAS, E.M., CAMARGO, J.F (Org). Boa Vista: Editora da UFRR, 2010

ROJAS, C. *Civilization and Violence: regimes of representation in nineteenth-century Colombia*. Minneapolis, MN : University of Minnesota Press, 2002

SANTOS, B. *Towards a New Legal Common Sense: Law, Globalization and Emancipation*. Londres : Butterworth LexisNexis, 2002

THERBORN, G. Dimensões da globalização e a dinâmica das (des) igualdades. In: GENTILI, P. (Org.) *Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial*. Petrópolis-RJ; Vozes; Buenos Aires; CLACSO, 2000

VILLA, R & OSTOS , M. *As relações Colômbia, países vizinhos e Estados Unidos: visões em torno da agenda de segurança*. Rev. Bras. Polít. Int. 48 (4): 86-110 , 2005

WALKER, R.B.J. International Relations and the concept of the Political. In BOOTH, K. and SMITH, S (eds). *International Relations Theory Today*. University Park: Pennsylvania State University Press, 1995, 306-328 301 *apud* JACKSON, R. & SORENSEN, G. *Introdução às Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Jorge zahar Ed., 2007